

Seminário discute direitos autorais

Karina Lignelli

A indústria criativa está fadada a viver só de publicidade? O Brasil quer ser criativo ou “altruísta” quando se fala em propriedade intelectual? A internet fortalece o papel do usuário e enfraquece o do autor? É possível competir com o “grátis”? Em tempos de avanço ilimitado da web, essas e outras questões espinhosas sobre direitos autorais, liberdade de expressão e propaganda estiveram em pauta na semana passada no seminário “Propriedade intelectual em foco”, realizado em São Paulo em parceria entre o Globo Universidade e a USP (Universidade de São Paulo).

Com direito à “canja” de “Bye bye, tristeza”, a cantora e compositora Sandra de Sá – uma das debatedoras e defensora ferrenha do tema –, que falou sobre a inadimplência dos meios de comunicação em relação aos autores, e o prejuízo à cadeia produtiva com as reproduções gratuitas das obras –, o objetivo do evento foi de refletir sobre a difusão em massa de conteúdo compartilhado pela internet e, ao mesmo tempo, fazer valer o direito do autor nesta nova realidade.

“O fenômeno é incipiente, embrionário, mas é preciso definir as mudanças o quanto antes. Afinal, criam-se leis, mas também criam-se mecanismos para burlá-las”, afirmou João Carlos Müller Chaves, conselheiro jurídico da ABPD (Associação Brasileira de Produtores de Disco). “Há que se cortejar novas mídias, mas com bases sérias e fundamentadas, que respeitem o direito autorial”, completou Carlos Araújo, gerente jurídico da TV Globo.

Modernização

Cristiano Borges Lopes, coordenador geral da diretoria de direitos intelectuais do Ministério da Cultura, apresentou os principais pontos da proposta de modernização do projeto de lei do direito autorial. Segundo ele, o texto deve ir para a Casa Civil até outubro.

“A ideia é permitir acesso à informação, seguindo a Constituição. E um dos desafios é fazer isso pela internet, que ainda não é madura”, afirmou, lembrando que existe uma proposta de regulação do compartilhamento de obras protegidas em ambiente virtual. “Mas é uma questão que vai ficar do jeito que está, por enquanto”.

Para fazer sentido para a cadeia produtiva, a proteção intelectual deve ser equilibrada, na opinião de Cláudio Lins de Vasconcelos, gerente jurídico da Fundação Roberto Marinho. “A indústria mudou: é digital, multimidiática e multidirecional no século 21. Mas o setor de comunicação só será sustentável se todos os meios (criação, produção e distribuição) estiverem contemplados pelos direitos”.

Steve Kang, vice-presidente e conselheiro para assuntos antipirataria da Universal Studios, disse que, embora a tecnologia tenha aumentado a prática em escala global, ela pode e deve ser usada em favor dos autores para distribuir conteúdo permitido dentro da lei. Segundo ele, 22% do tráfego global da internet viola direitos autorais e, até 2014, esse número será quatro vezes maior. “É preciso gerar receita, não lucrar só com publicidade. Pirataria é negócio, mas o marco civil da internet requer ordem judicial para acabar com ‘roubos’”.

Para o reitor da USP, João Grandino Rodas, a modernização da lei é vital. “A propriedade intelectual não é um tema novo, mas é algo que se renova rápido e precisa de atualização. O direito se cria a partir de um fato social, portanto, a lei sempre está atrasada. Mas, se não seguir as mudanças da sociedade, há prejuízo sob muitos aspectos”.

Manoel Joaquim Pereira dos Santos, professor e coordenador do curso de propriedade intelectual da FGV, explicou que o grande desafio de proteger material jornalístico, outro tema abordado, é que todos, do autor ao usuário, geram informação.

"A notícia deve ser difundida. Mas a autoria contida no texto, na matéria, deve ser respeitada. Ninguém ganha dinheiro gravando a programação ou recortando o jornal para exibir sem pagar pelo trabalho de terceiros. E por que na internet isso é permitido?", questionou.

Biografias e publicidade

As biografias não-autorizadas, inclusas na reforma da lei de direitos autorais, e a liberdade de expressão comercial foram outros temas debatidos. Gustavo Binenbojm, procurador do Estado do Rio de Janeiro e professor de direito administrativo da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), lembrou que a liberdade de expressão é constitucional. "Enquanto o projeto não for votado, dá para sustentar que a autorização prévia para biografar pessoas públicas é inexigível".

"Mesmo sendo considerada comunicação como qualquer outra, com as devidas ressalvas, a publicidade já é regulamentada há mais de 30 anos pelo Conar", argumentou o diretor jurídico do Sinapro/RJ João Luiz Faria Neto.

No caso da saúde é mais complicado, disse o diretor-presidente da Anvisa Dirceu Barbano. "Aqui o desafio é outro, porque há um paradoxo: a liberdade de expressão e a obrigação do Estado", concluiu.

Fonte: Propmark, São Paulo, 19 set. 2011, p. 13